

***A FILHA PERDIDA*, DE ELENA FERRANTE: A CULTURA, A CLASSE E A OPRRESSÃO DO INSTINTO MATERNO NA LITERATURA**

ELENA FERRANTE'S *LOST DAUGHTER*: CULTURE, CLASS, AND THE OPPRESSION OF THE MATERNAL INSTINCT IN LITERATURE

Patrícia Pereira Porto¹

Heloisa Maria Silveira Pontel²

RESUMO

O artigo analisa o romance *A filha perdida*, de Elena Ferrante, à luz dos conceitos de cultura, opressão e classe, com foco na subversão do mito do instinto materno. A narrativa de Leda, protagonista que decide viver temporariamente afastada das filhas, evidencia as ambivalências da maternidade e desafia a idealização cultural da mãe abnegada. Utilizando teorias de autoras como Simone de Beauvoir (2019) bell hooks (2015) e Silvia Federici (2021), o estudo propõe que a maternidade, tradicionalmente romantizada, também opera como instrumento de opressão, ao impor papéis de gênero e funções sociais restritivas às mulheres. Através da análise literária, o artigo evidencia como Ferrante tensiona a noção de instinto materno, revelando sua construção cultural e seus impactos sobre o desejo feminino, a autonomia e a subjetividade. Ao destacar o alívio de Leda frente à ausência das filhas, a obra revela contradições do modelo tradicional de maternidade e oferece à literatura um espaço para narrativas alternativas e mais complexas sobre o feminino.

Palavras-chave: Elena Ferrante, *A filha perdida*, Classe, Instinto materno.

ABSTRACT

The article analyzes the novel *The Lost Daughter* by Elena Ferrante through the lens of culture, oppression, and class, with a focus on the subversion of the myth of the maternal instinct. The narrative of Leda, the protagonist who chooses to live temporarily away from her daughters, highlights the ambivalences of motherhood and challenges the cultural idealization of the self-sacrificing mother. Drawing on the theories of authors such as Simone de Beauvoir (2019), bell hooks (2015), and Silvia

¹ Doutora pelo Programa de Doutorado em Letras, Associação Ampla, UCS/UniRitter. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Bacharel em violão pelo Curso Superior de Música da UFPel. Professora do Curso de Licenciatura em Música da Universidade de Caxias do Sul. Corpo Docente Permanente do Núcleo Interdisciplinar Cultura, Arte e Patrimônio da Universidade de Caxias do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: pporto@ucs.br

² Mestranda em Letras e Cultura pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: heloisams.pontel@gmail.com

Federici (2021), the study argues that motherhood, traditionally romanticized, also functions as a tool of oppression by imposing gender roles and socially restrictive functions on women. Through literary analysis, the article demonstrates how Ferrante challenges the notion of maternal instinct, revealing its cultural construction and its impact on female desire, autonomy, and subjectivity. By emphasizing Leda's sense of relief in the absence of her daughters, the novel exposes contradictions within the traditional model of motherhood and offers literature a space for more complex and alternative narratives of femininity.

Keywords: Elena Ferrante, *The Lost Daughter*, class, maternal instinct.

Considerações iniciais

"Alívio" foi o sentimento descrito por Leda ao se separar das duas filhas no início de *A filha perdida* (2016), escrita por Elena Ferrante. O estranhamento gerado no leitor ao encontrar a protagonista da obra aliviada ao deixar suas filhas demonstra haver um aspecto cultural relevante sobre o papel da maternidade explorado ao longo da narrativa.

Nos escritos de Elena Ferrante, é comum a exploração das ambivalências e das complexidades das personagens femininas, principalmente nas relações entre mães e filhas. Na obra, Leda, uma mulher com quase 50 anos, decide viajar sozinha pelo sul da Itália, aproveitando as férias de seu trabalho como docente universitária. Nessa viagem, ela conhece Nina, uma jovem mãe, e Elena, sua filha, que porta consigo uma boneca que trata como filha. Ao longo da narrativa, Leda toma posse da boneca de Elena, que, nas mãos de Leda, serve como gatilho para a protagonista relembrar a sua relação com a própria mãe e com as suas filhas, também coloridas pelo abandono materno.

Em *A filha perdida*, Leda é retratada como uma profissional bem-sucedida e uma mulher envelhecendo, determinando em sua vivência recortes de gênero, classe e idade que contribuem para a construção de uma personagem que, ante às cobranças da maternidade, escolheu deixar as filhas aos cuidados do pai por alguns anos. A decisão de Leda de deixar as filhas aos cuidados do pai subverte as atribuições do papel da mãe. Essa decisão demonstra uma insubordinação da personagem em relação à incondicionalidade do instinto materno como mito presente na cultura e como instrumento de opressão feminino.

Este artigo busca discutir sobre a subversão do papel de mãe na referida obra e suas consequências culturais no âmbito da literatura. Para tanto, utiliza-se a análise literária para identificar a subversão da ideia de instinto materno em *A filha perdida*, tomando como base conceituações sobre cultura, opressão e classe, bem como, a construção da mitologia do instinto materno.

Em relação ao gênero e às questões biológicas que cercam o feminino e, por consequência, a maternidade, a obra que mais se destaca, dentre toda a produção existencialista fenomenológica de Beauvoir, é *O segundo sexo* (2019). Publicado no pós-guerra, em 1949, a obra foi inicialmente pensada para ser uma escrita sobre a própria Beauvoir. Mas, ao analisar a condição objetificada da mulher em mitos, superstições, literatura e ideologia, ela chegou à conclusão de que precisava escrever sobre a condição de mulher como Outro (Lemos, 2009, p. 26). Esse Outro, aquele que está aquém do homem, entendido como indivíduo, agente histórico e digno de direitos. Simone observa que [...] a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (Beauvoir, 2019, p. 12–13)

Foi contribuição de Sartre a ideia de iniciar *O segundo sexo* com conceituações fisiológicas e históricas acerca da mulher, num volume intitulado “Fatos e Mitos”, (Lemos, 2009, p. 26) para que então, no segundo volume, “A Experiência Vivida”, fossem feitas reflexões sobre as vivências femininas a partir da infância, da orientação sexual, da maternidade, da velhice e da independência. Essa escolha, em que as reflexões alcançam, gradativamente, tópicos mais complexos, iniciando da fisiologia como tópico basal, estabelecia desde o princípio que “a diferença entre os sexos era de cunho cultural e não biológico” (Lemos, 2009, p. 27).

Essa determinação da autora serve de base para discussão, que, inicialmente, traz os conceitos de cultura, opressão e classe, considerando a relação que possuem com o feminino e com a maternidade. Através da pioneira e abrangente definição de Tylor (1920) de cultura, realiza-se uma conversa com a ideia de opressão defendida por bell hooks (2015), a fim de destacar que a cultura possui contornos marginalizados e oprimidos, principalmente, quando é esperado de uma mulher um papel santificado de maternidade. Neste sentido, o conceito de classe é explorado, através de Silvia Federici (2021), trazendo a essa discussão o papel que a maternidade possui como ferramenta de

manutenção de um regime de classe, com a mulher em um papel produtivo não-remunerado, marginalizada, à lógica da produção capitalista.

Em seguida, conceitua-se o mito do instinto materno, trazendo, com Iaconelli (2023), um panorama histórico que explica a criação mitológica do amor incondicional atribuído às mães. Esse recorte é necessário para salientar os ideais inatingíveis aos quais a maternidade é culturalmente baseada, e como a literatura subverte-os em suas narrativas de filiação, como as escritas por Elena Ferrante.

A análise da obra *A filha perdida* se dará em seguida, com foco no segundo capítulo da obra, que narra a felicidade culposa de Leda ao tirar férias longe das filhas, e como esse sentimento está intrinsecamente ligado às opressões culturais e de classe ligadas ao feminino. Por fim, a literatura é discutida como forma de subverter ou mostrar outras narrativas de maternidade com mais verossimilhança, ou, ao menos, distantes da ideia de Outro, advertida por Beauvoir (2019).

Cultura, opressão e classe no gênero

Uma das primeiras definições sobre cultura que se tem registro é a proposta por Edward B. Tylor (1920), que traz de forma abrangente que a cultura — ou a civilização, não diferenciado ambos os conceitos — em um sentido etnográfico, inclui conhecimentos, crenças, arte, códigos morais, leis, costumes e outras capacidades adquiridas no convívio social.³ O autor entende que a cultura é feita no coletivo, adquirida a partir da convivência social. Essa definição, pioneira e abrangente, não traz em si o que torna uma cultura dominante e outra, marginalizada. A distinção é feita posteriormente por Bourdieu (2007), ao analisar que a cultura é feita a partir do convívio de grupos segregados pela classe econômica, e que, com o capital cultural, demarcam o que se entende por cultura dominante ou “legítima”.

Esse recorte de classe precisa ser feito para elaborar a relação entre a cultura e a opressão. Pensando na ideia de opressão proposta por bell hooks (2015), ao assimilar uma cultura “legítima”, a sociedade limita as escolhas individuais para que se encaixem à norma, produzindo manifestações de conhecimentos, crenças, arte, códigos morais,

³ “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.” (Tylor, 1920, p. 1)

leis, costumes, e, principalmente, arte e literatura que oprimem grupos não se adequam a esse conjunto de ideias.

Essa desigualdade na forma como a cultura interfere e reflete na sociedade é amplamente discutida por pensadoras feministas interseccionais. O conceito de interseccionalidade, elaborado pela defensora de direitos civis estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 como uma “busca [em] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.” (Crenshaw, 2002, p. 177) demonstra que diversos marcadores de opressão podem coexistir em uma mesma realidade, afastando um indivíduo ou um grupo das expectativas dominantes da cultura de um espaço-tempo.

A subversão da cultura dominante é uma das formas de vivência dessa realidade, podendo ser expressa de diversas formas, inclusive, a partir das manifestações das artes e da literatura. Segundo, Roland Barthes (1996, p. 16), essa “trapaça salutar [...] que permite ouvir a língua fora do poder”, que ele descreve como literatura, permite driblar a dominância imposta pelas determinantes culturais, e, portanto, destacar a opressão por seu caráter.

No que diz respeito à maternidade, há um conjunto cultural intrincado de determinações dominantes sob o papel da mulher na criação da prole. Esse conjunto perpassa aspectos de gênero, mas também, relacionados a outros marcadores de opressão, como classe, raça e idade, que objetivam a perpetuação dos aspectos dominantes da cultura estabelecida, e, como relembra a psicanalista Vera Iaconelli (2023, p. 31) impede de pensar esse grupo com homogeneidade ante às intersecções mencionadas. Nesse sentido, uma das grandes subversões contemporâneas está na desconstrução de uma das principais narrativas culturais dessa opressão: o mito do instinto materno.

Silvia Federici em *O patriarcado do salário* (2021) discute questões de gênero a partir de um ponto de vista anticapitalista. A autora, que possui críticas ao pensamento marxista sob a perspectiva da mulher, acrescenta à discussão um tom de denúncia das lacunas e limitações desses escritos: segundo ela, Marx traz uma definição de trabalho limitada ao assalariado, ignorando os trabalhos de cuidado e reprodução que se encontram marginalizados à lógica da produção capitalista, mas que, na verdade, se perpetuam por conta deles. Nesse sentido, ela expõe que:

Nessa linha, o trabalho doméstico atribuído às mulheres como destino natural [...] [fornece] a custo reduzido os serviços que a reprodução dessa mão de obra exige. Por isso, as hierarquias de trabalho que tantas ideologias racistas e machistas tentaram justificar, mas que apenas demonstram que a classe capitalista conservou seu poder por meio de um sistema de domínio indireto, dividindo a classe trabalhadora de forma eficaz, em que o salário é usado para delegar aos trabalhadores do sexo masculino o poder sobre as pessoas não assalariadas, a começar pelo controle e a supervisão do corpo e do trabalho das mulheres. (Federici, 2021, p. 49)

Nesse trecho, Federici critica uma dinâmica apontada pelo dramaturgo e satirista Bernard Shaw em 1928 (*apud* Ghodsee, 2018, posição 483 — Kindle) em que, segundo ele, sob o sistema capitalista, as mulheres estavam piores que os homens. Shaw continua, explicando sua posição com uma analogia:

porque, como o Capitalismo fez do homem um escravo, e, por isso, paga a mulher através dele [do escravo], fez da mulher a escrava do homem, ela se tornou a escrava do escravo, o que é a pior espécie de escravidão. (Shaw *apud*. Ghodsee, 2018, posição 483 — Kindle)⁴

A partir do exposto, Federici argumenta que a luta de classes é um processo mais complexo que aquele descrito por Marx, por iniciar no âmbito familiar (Federici, 2021, p. 13) premissa também trabalhada por Flávia Biroli em *Gênero e Desigualdades* (2018, p. 27) a partir da ideia de que “[a divisão sexual do trabalho] produz o gênero” e afasta a mulher da participação na vida pública (Biroli, que 2018, p. 11).

Ghodsee (2018, posição 760–783 - Kindle) traz a história de Lily Braun, feminista alemã que, em 1897, propôs que o Estado criasse um fundo para assegurar recursos financeiros às mães antes e depois do parto, um *maternity insurance*. Sob a premissa de que as crianças de hoje seriam os futuros trabalhadores e pagantes de impostos, Braun observou seu plano ser encarado como um obstáculo, principalmente devido ao seu elevado custo, sendo então modificado até a sua discussão no *Second International Conference of Socialist Women*, em 1910. Nesse evento, ocorrido em Copenhague, algumas outras demandas foram incluídas, como uma jornada de trabalho de oito horas, licença-maternidade e a *maternity insurance*.

⁴ Trecho original: “‘Under the capitalist system women found themselves worse off than men,’ Bernard Shaw wrote in 1928, ‘because, as Capitalism made a slave of the man, and then by paying women through him, made her his slave, she became the slave of a slave, which is the worst sort of slavery.’” (Shaw *apud*. Ghodsee, 2018, posição 483 — Kindle)

Ainda segundo Ghodsee (2018, posição 760–783 - Kindle), o plano de Braun e as demais demandas do documento “*Social Protection and Provision for Motherhood and Infants*”, construído em Copenhague, estavam sendo negociadas para implementação na União Soviética pós-Revolução Bolchevique. Essas medidas, porém, foram esquecidas pelo governo, alegando que elas seriam custosas e controversas politicamente. Ghodsee (2018, posição 796 — Kindle) explica o raciocínio por trás dessa decisão:

Ninguém jamais quis que a independência econômica das mulheres viesse à custa da maternidade, mas foi isso o que aconteceu. À medida que as exigências sobre o tempo das mulheres soviéticas aumentaram, elas optaram por adiar ou limitar a maternidade. Eventualmente, Stalin dissolveu o Zhenotdel, declarando que a “questão da mulher” havia sido resolvida. Em 1936, ele reverteu a maioria das políticas liberais, proibiu o aborto e restaurou a família tradicional, além de manter seu programa contínuo de terror estatal e purgas arbitrárias. O estado soviético, em rápida industrialização, precisava que as mulheres trabalhassem, tivessem filhos e fizessem todo o trabalho de cuidado que o primeiro estado socialista do mundo ainda não podia pagar. As mulheres soviéticas estavam longe de serem emancipadas. (Ghodsee, 2018, posição 796–808 - Kindle)⁵

Apesar de nos textos de Federici os trabalhos domésticos e de reprodução não serem nomeados como divisão sexual do trabalho, a crítica que a autora tece está alinhada às ideias propostas a partir do conceito, que também contempla a economia do cuidado. Essa terminologia, cunhada pela Organização das Nações Unidas (ONU), designa todas as atividades econômicas que objetivem o bem-estar e sobrevivência das pessoas, normalmente desenvolvidas por mulheres em prol de outros grupos minorizados e dependentes dela, como crianças, idosos e pessoas com comorbidades, que ocupam categorias de opressão de idade e capacidade. A economia do cuidado compreende diversas — senão todas — as esferas da vida, como explica Reis (2020, p. 54):

⁵ Trecho original: “No one ever wanted women’s economic independence to come at the cost of motherhood, but this is what happened. As the demands on Soviet women’s time increased, they chose to delay or limit childbearing. Eventually, Stalin disbanded the Zhenotdel, declaring that the ‘woman question’ had been solved. In 1936, he reversed most liberal policies, banned abortion, and reinstated the traditional family, on top of his sustained program of state terror and arbitrary purges. The rapidly industrializing Soviet state needed women to work, have babies, and do all of the care work the world’s first socialist state could not yet afford to pay for. Soviet women were far from emancipated” (Ghodsee, 2018, posição 796–808 - Kindle)

Uma economia do cuidado é, em primeiro lugar, uma economia que assegure o essencial da provisão de um país e de quem lá viva, uma economia que tenha poder sobre si própria e que quebre as dependências mais graves, aquelas que tornam os países, as regiões e as pessoas — isto é, as comunidades — sujeitas a vulnerabilidades. É, portanto, toda a economia e não apenas certas áreas da sociedade, como o chamado terceiro setor ou os ramos dos cuidados pessoais. Trata-se, evidentemente, de economia política, das deliberações coletivas que se precisa tomar para organizar o país.

As atividades relacionadas a ela por vezes tendem a ser desenvolvidas pelas próprias famílias dos que necessitam deste serviço, de forma voluntária e sem bonificações, pelas mulheres. Biroli (2018, p. 32–33) completa esse raciocínio ao argumentar que esse trabalho pertencente à economia do cuidado e a desigualdade na responsabilização dessas funções é a base do sistema patriarcal no capitalismo, a partir de relações familiares e da instituição do casamento.

Nesse sentido, é imprescindível entender que os três conceitos, cultura, opressão e classe, quando pensados pela perspectiva da mulher e da maternidade, ganham dimensões distintas. Conforme visto anteriormente, às mulheres é relegada a função reprodutiva e de cuidado, em prol da manutenção de um sistema capitalista em pleno funcionamento. Essa, por si, já é uma posição de opressão, cuja escolha lhes é negada ou dificultada, haja vista a utilização da biologia para suscitar mudanças histórico-culturais que oprimem as mulheres, como escreveu Beauvoir (*apud* Lemos, 2009, p. 27).

Assim, é necessário aprofundar a questão histórica por detrás da criação mitológica e disseminação cultural das ferramentas discursivas que colocam a mulher, na condição de mãe, em posição de submissão e sempre a procura de corresponder aos ideais de maternidade propostos por quem as oprime.

O mito do instinto materno

Antes do século XVIII a infância não existia como é exercida contemporaneamente. No ocidente, segundo Philippe Ariès (1981) em *História Social da Criança e da Família*, a infância é reconhecida como uma fase da vida anterior à fase adulta apenas durante o século XVII, a partir da disseminação do ensino escolar. Da mesma forma, nesse período, a maternidade também é culturalmente modificada para abarcar essa nova realidade.

Iaconelli (2023, p. 44) define o contexto histórico existente para a criação do instinto materno como uma “criação pseudocientífica do século XVIII”. No contexto francês da época, com uma recém-consolidação da infância e uma certa liberdade atribuída às mulheres, o cuidado com a prole era seletivo na classe burguesa. Segundo Iaconelli (2023, p. 45) a classe mantinha sob cuidados da família crianças que, no futuro, administrariam negócios ou fariam bons casamentos, descartando as demais nas regiões pobres do país. Em 1780, por exemplo, das 21 mil crianças nascidas em Paris, 19 mil foram entregues a lares precários e, em virtude disso, quando os índices socioeconômicos resultantes dessas práticas começaram a apontar problemas que deveriam ser resolvidos por meio de políticas estatais, a solução encontrada fora de restabelecer o lugar da mulher na esfera doméstica, na função de cuidadora da prole.

A partir dos apelos feitos pelo governo às mulheres para que cuidassem dos futuros cidadãos franceses, nasce a narrativa do instinto materno, que prevê que, embora o “amor pelos filhos sempre tenha existido, a moralização e a ideologia associadas a esse afeto foram meticulosamente construídas, fazendo supor que ele não seria contingencial — como todo amor —, mas garantido pela natureza feminina.” (Iaconelli, 2023, p. 47), construindo culturalmente o papel da mulher como guardiã da casa e da família, numa “hipervalorização social do papel da cuidadora” (Iaconelli, 2023, p. 51) que mascara a opressão e o aprisionamento feminino ao domicílio, quando burguesa, e a precariedade e vigia constante do Estado, quando proletária, em um símbolo de abnegação e sacrifício louvável da maternidade.

Essa carga de responsabilidade pela reprodução e pelo cuidado pelos bebês foi então propagandeada a partir de uma abordagem que apela ao sentimentalismo, criando dois agentes importantes: a mãe, como principal cuidadora do futuro da França (e, posteriormente, do mundo) e a sociedade, reforçando a necessidade de uma criação exemplar ou inculcando a culpa quando esse ideal de maternidade não é atingido.

Essa dinâmica ainda atinge a maternidade em contexto contemporâneo. A jornalista Chelsea Conaboy também trata do assunto, porém, a partir de um ponto de vista biológico e pessoal na obra *O mito do instinto materno* (2024). Ao dar a luz ao seu primeiro filho, Conaboy conta que, apesar de se sentir feliz, se sentia culpada por não saber como criar uma criança, tarefa a qual, durante toda vida, presumiu que fosse naturalmente apta. Ela diz:

Ano após ano, todo começo de primavera aparecia um ninho aconchegado em uma guirlanda na porta da frente da casa onde eu morava quando criança. A mãe, um passarinho da espécie tordo-americano, parecia não se importar que eu a espiasse do outro lado da vidraça, a poucos centímetros de distância. [...] Ela era um prodígio, [...] Sua devoção aos filhotes desgrehados de boca escancarada parecia completa. Ela era alerta e vigilante, paciente e abnegada. Sabia exatamente o que fazer para cuidar deles, protegê-los, como devem fazer as mães. Porque essa é a história, contada ao longo do tempo e das gerações, transmitida em fábulas e mitos até se tornar parte de como medimos o mundo à nossa volta, como vemos a nós mesmos. Nós somos a dedicada mãe passarinho, a história nos diz, guiadas por um instinto materno aperfeiçoado no decorrer das eras até se tornar algo sólido e certo, como um mármore rubro e liso oculto sob um peito emplumado. Construimos o ninho. Cuidamos. Defendemos. Naturalmente. (Conaboy, 2024, posição 123 — Kindle)

Durante o livro, a autora narra seu processo de pesquisa pelo que há de mito e o que de fato se transforma neurologicamente, a partir do nascimento de uma criança. Ela menciona que o feminismo acadêmico já propõe há gerações que a noção de que o instinto materno é algo inato, universal e essencial à identidade feminina, é falsa (Conaboy, 2024, posição 302 — Kindle), porém, a neurociência também defende essa posição, trazendo a ideia de um processo de adaptação à parentalidade, não apenas destinado à mãe. A autora considera também que saber sobre isso equivale a uma potencial revolução na sua maternidade, mas também nas

[...] normas de gênero em casa e no trabalho, na elaboração de políticas públicas que de fato apoiem os pais de crianças pequenas, na garantia dos direitos reprodutivos e no processo de repensar a relação entre a parentalidade e a sociedade. No mínimo, esse tema altera as histórias que contamos a nós mesmos sobre nossas experiências individuais de parentalidade e sobre o mundo à nossa volta, histórias que precisam desesperadamente ser reescritas. Histórias sobre a vida interior daquela mãe passarinho — ou sobre o meu esgotamento. (Conaboy, 2024, posição 288 — Kindle)

Conforme referido anteriormente e exemplificado através da maternidade de Conaboy, o papel da mulher como mãe a partir desse momento na França sofria com a intersecção de outras formas de opressão que, historicamente, foram sendo construídas e reforçadas, a depender de condições de tempo-espço impostas. A parentalidade, quanto vivida somente pela mulher ou majoritariamente por ela, ressalta essas opressões e implica toda responsabilidade da criação e cuidado da família à mãe, incutindo o

estigma da maternidade perfeita e do instinto materno como o aparato de opressão desenvolvido para ser.

Nesse sentido, a literatura, na sua posição de arte, e, portanto, de uma das diversas formas de expressão da cultura, vem tratando desse incômodo sentido por Conaboy e tantas outras mães desde a França do século XVIII, contemporaneamente, criticando e representando outras formas de maternidade, como as complexas e contraditórias mães escritas por Elena Ferrante.

A filha perdida de Leda

Uma obra literária pode ser vista a partir de diversos ângulos, bem como, analisada pensando em muitas temáticas. Elena Ferrante, autora de *A filha perdida*, traz em suas histórias uma carga psicológica densa, mas também, usa da complexidade psicológica de suas personagens para abordar de forma crua relações por vezes difíceis, como as de mães e filhas.

Assim, a obra *A filha perdida* é um objeto cultural, pois, conforme a definição de cultura utilizada neste artigo, foi concebida a partir do convívio social, ao tratar de temáticas e manifestações humanas desse convívio, como a própria experiência da maternidade. Porém, adentrando em outra definição de cultura, menos abrangente que a de Tylor, proposta por Alfredo Bosi (1992, p. 16), a cultura também é “o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. A obra de Ferrante, portanto, se torna uma ferramenta de disseminação de valores ao futuro, tornando-a um material relevante como propositor de outras visões sobre a ideia de maternidade e parentalidade, por exemplo, para além das outras temáticas propostas pela autora na escrita da obra.

Isso posto, para análise da subversão do instinto materno aqui proposta, foi escolhido trabalhar com o segundo capítulo da história, em que a protagonista, Leda, que narra a história em primeira pessoa, descreve sua relação com suas filhas e sua vida profissional, romântica e pessoal. Os acontecimentos dos demais capítulos serão citados apenas para contexto dessa relação complexa da protagonista com a maternidade.

Através dessa descrição, é possível tecer um perfil fidedigno de quem é a mulher representada na obra. Neste capítulo, Leda está relembrando as mudanças que

ocorreram na sua relação com as suas filhas jovens-adultas, quando decidiram morar com o pai no Canadá. Ela inicia contando que

Quando minhas filhas se mudaram para Toronto, onde o pai vivia e trabalhava havia anos, **descobri, com um deslumbre constrangedor, que eu não sentia tristeza alguma** — pelo contrário, **estava leve, como se só então as tivesse definitivamente posto no mundo**. Pela primeira vez em quase vinte e cinco anos, não senti mais aquela ansiedade por ter que tomar conta delas. (Ferrante, 2016, p. 7, grifo nosso)

Nesse trecho, já se percebe a principal mudança ocasionada pela nova dinâmica da relação entre Leda e as filhas: com a distância, o papel da maternidade se tornou outro, não mais da responsabilidade de manter as jovens vivas, como introjetado nas mães da sociedade francesa do século XVIII. Ao longo do capítulo, entende-se que Leda não sabe exatamente quais são suas novas funções como mãe, mas percebe que suas filhas, quando a procuram para falar sobre amenidades e pedir conselhos de moda, implicitamente estão perguntando “se eu [Leda] continuava disposta a permitir que elas descarregaram sobre mim todas as suas raivas e infelicidades” (Ferrante, 2016, p. 8)

Com o passar do tempo, nessa nova configuração familiar, o alívio fica mais evidente, pois se justifica a partir da conclusão de que suas filhas não precisam mais dela para aspectos de sobrevivência, papel que o pai exerceria por estar morando com elas. Por isso, cada pedido feito pelas filhas tinha outro peso, menos advindo do caráter de responsabilidade de tomar conta de alguém, mas de proporcionar e facilitar a vida de alguém que se ama, interferindo somente no que é necessário. Sobre isso, Leda comenta que

satisfazer seus desejos e caprichos se tornou uma série de gestos rarefeitos e irresponsáveis, cada pedido me parecendo leve, cada incumbência que lhes dizia respeito, um hábito afetuosos. Senti-me milagrosamente desvinculada, como se um **trabalho difícil**, enfim concluído, **não fosse mais um peso sobre os meus ombros**. (Ferrante, 2016, p. 8, grifo nosso)

A ideia de trabalho aqui corrobora com a opressão de classe sofrida pela mulher na incumbência do papel materno. A comparação de Leda sobre a criação de filhos como um peso retirado dos ombros se justifica a partir da premissa de que a maternidade é entendida como um trabalho não remunerado sob o sistema capitalista. Defendida por pensadoras feministas como Silvia Federici em *O patriarcado do salário*

(2021), essa premissa entende que a reprodução e criação de filhos também pode ser tida como um trabalho, por se tratar da geração de proletários no âmbito capitalista.

Contrário ao seu trabalho como professora universitária, na função materna, era esperado que ela desempenhasse a criação das filhas sem qualquer remuneração, somente sob a chancela do amor de mãe e seu instinto materno. A mudança das filhas, portanto, exime a protagonista de um trabalho que, anteriormente, era de sua responsabilidade. Isso acaba modificando também a rotina da protagonista, que, ao notar que a casa mantinha-se limpa e organizada por mais tempo, pode liberar a mulher que lhe auxiliava nas tarefas domésticas, pois esta conseguira também um trabalho mais rentável que o do âmbito do cuidado (Ferrante, 2016, p. 7), demonstrando que o trabalho do cuidado não só é relegado às mulheres em diversos níveis, mas também, que não é possível que o cuidado de um ser vivo seja responsabilidade apenas de uma pessoa, a mãe.

As mudanças na vida de Leda abrangem outras áreas de sua vida, destacando o quanto do papel do cuidado atribuído unicamente às mães vêm culturalmente acompanhado de outras expectativas de gênero que, com o passar do tempo, oprimem. Nesse trecho, Leda exemplifica essa premissa com as próprias mudanças que sofreu em sua autoestima, com o tempo disponível para cuidar apenas de si.

Mudei radicalmente o comportamento, o humor, a aparência física. Na universidade, [...] um colega que eu conhecia havia anos e com o qual, às vezes, raramente, ia para a cama, me disse perplexo certa noite que eu tinha me tornado menos distraída, mais generosa. (Ferrante, 2016, p. 9)

Essas mudanças na autoestima, apontadas por um personagem masculino, são introjetadas em Leda como transformações em seus aspectos físicos e comportamentais, aumentando sua autoestima a partir da percepção do outro sobre ela. Nesse sentido, mais adiante no capítulo, ela narra uma mudança na própria percepção de envelhecimento, atribuindo um rejuvenescimento a esse conjunto de atualizações de sua vida:

Uma noite, me olhei no espelho. Eu tinha quarenta e sete anos, completaria quarenta e oito dali a quatro meses, porém, como em um passe de mágica, tinha rejuvenescido muitos anos. Não sei se aquilo me agradou, mas certamente me surpreendeu. (Ferrante, 2016, p. 9)

O comentário acerca da percepção de Leda sobre o suposto rejuvenescimento que a mudança no seu papel como mãe a trouxe é enigmático: por um lado, o comentário do colega da universidade traz que as mudanças foram positivas, mas, quando Leda reflete sobre elas, sobre esse rejuvenescimento de sua aparência e espírito, ela se questiona se isso a agrada, apesar da surpresa em constatá-las. O envelhecimento, nesse caso, foi trazido à narrativa de Leda não como um sinal de degenerescência, como afirma Nietzsche (2023, p. 67), mas de uma forma mais serena e conformista, como defende Simone de Beauvoir quando diz que a velhice é “um fato estético, mas como resultado do prolongamento de um processo.” (2018, posição 207 — Kindle)

É necessário ressaltar que, mais adiante na leitura, descobre-se que Leda escolheu deixar as filhas quando crianças para viver com o pai, enquanto ainda eram casados. Na obra, Leda descreve essa época como um abandono. Nesse sentido, pode-se pensar que é a segunda vez que Leda pode viver suas ambições sem o peso da maternidade, porém, da primeira vez, vivendo com mais culpa do que da segunda, pois nesta última, a escolha de deixá-la fora das filhas. O peso de “escolher” em uma sociedade que reforça o mito do instinto materno com tamanha força nas mulheres torna essa escolha — e suas consequências — como outra forma de opressão: a culpa.

Ao atentar-se às transformações que perpassam opressões de classe e gênero que a nova dinâmica familiar lhe proporcionou, Leda consegue libertar-se a partir de uma viagem que desencadeia o resto da narrativa. Entendendo que a escolha sobre essa mudança familiar recai sobre as filhas, a decisão de viajar é representada como um ato de amor-próprio e libertação definitiva dessa função materna que a oprimia.

Ela tece uma comparação interessante entre as férias em família e os planos que traça para suas férias sozinha:

Durante anos, todas as férias haviam sido em função das duas meninas e, quando elas já estavam grandes e começaram a viajar pelo mundo com os amigos, eu sempre ficava em casa esperando que voltassem. [...] Eu queria estar pronta para lidar com os pedidos repentinos de ajuda, temia que me acusassem de ser como eu fato era: distraída ou ausente, absorta em mim mesma. Chega. Levantei-me, fui tomar um banho. (Ferrante, 2016, p. 11)

[...] com a chegada do mês de junho, senti vontade de tirar férias, e decidi que iria para alguma praia assim que as provas e as aporrinhações burocráticas tivessem terminado. (Ferrante, 2016, p. 9)

Enquanto no primeiro trecho, em que Leda relembra as férias num papel mais ativo como mãe, tem-se a completa abnegação das vontades próprias, esperando que essa abnegação a redimisse da culpa que sentia por não corresponder totalmente às premissas culturalmente estabelecidas de maternidade, no segundo, há uma noção de liberdade e capacidade de escolha.

O primeiro trecho demonstra que a opressão segue nos pensamentos de Leda a partir da imagem de culpa, pois, a introjeção deste mito de maternidade instintiva e de amor materno a qualquer custo é tão profunda na personagem que, apesar de sua classe permitir algumas escolhas, apenas quando Leda se liberta da culpa de não ser a mãe perfeita aos olhos da sociedade, que ela se permite viver uma maternidade que respeita a si e à sua prole.

A maternidade de Leda, durante toda a narrativa, é pauta para os questionamentos, ansiedades e projeções da protagonista em seus extensos monólogos internos. A narrativa se desenvolve a partir dos gatilhos que a viagem de férias provoca em Leda ao encontrar na praia uma família grande e barulhenta. Nessa família, uma mãe jovem e sua filha se destacam: Nina e Elena, respectivamente.

Nina é descrita como jovem e bonita, com “seu corpo esbelto, o maiô escolhido com muito bom gosto, o pescoço esguio, a cabeça graciosa e os cabelos longos e ondulados de um negro brilhante” (Ferrante, 2016, p. 18), e Elena, uma criança que porta uma boneca de pano, que desperta em Leda lembranças da própria infância e de sua mãe.

Leda descreve esse encontro de forma curiosa, tem certa inveja da juventude de Elena, e vê em Nina a criança que nunca pôde ser. Em um desses dias na praia, observando as duas, Leda percebe que Elena, levando junto a boneca, se separou da família, que a procura desesperadamente. A protagonista acaba se compadecendo da situação, lembrando de si mesma quando criança, dizendo que a mãe também a acusava de sumir repentinamente, mas que, mesmo assim, vivia com medo de a mãe, um dia desaparecer (Ferrante, 2016, p. 50) e decide ajudar na busca.

Após encontrar a criança e devolvê-la para Nina, Leda também encontra a boneca de Elena, mas decide ficar com ela em um “impulso irrefletido de socorro [...] Uma reação infantil, nada de especial, nós nunca crescemos de fato.” (Ferrante, 2016, p. 55), ela declara. Ciente que o ato de ficar com a boneca causa sofrimento à Elena, Leda

passa a obra inteira com o objeto, relembrando a própria infância e o medo do abandono da mãe, mas também, a maternidade distante que teve na criação das filhas, até um encontro final com Nina, em que, declarando ser uma mãe desnaturada, confessa que pegou a boneca de Elena (Ferrante, 2016, p. 172) e decide voltar a sua vida na cidade.

A última cena da história é dúbia, mas possui muito simbolismo para a história de maternidade de Leda. Após planejar uma viagem livre das preocupações da vida e da maternidade, e, no meio desta, passar a refletir e se culpar pelas decisões tomadas na criação das duas filhas e na própria relação com a mãe, Leda recebe uma ligação das meninas:

Quando as malas estavam prontas, me vesti, calcei as sandálias, ajeitei os cabelos. Naquele momento, tocou o celular. Vi o nome de Marta, senti uma grande satisfação e atendi. Ela e Bianca, em uníssono, como se tivessem preparado a frase e a recitassem acentuando meu sotaque napolitano, gritaram alegremente no meu ouvido.

- Mamãe, o que você anda fazendo, não liga mais para a gente? Pode pelo menos nos dizer se está viva ou morta?

Murmurei, comovida:

- Estou morta, mas bem. (Ferrante, 2016, p. 174)

Retornando ao primeiro capítulo dessa obra, vê-se que essa última frase é, na verdade, um presságio: Leda sofre um acidente de carro na volta para casa, dado a um incômodo físico que sente após sair da praia, tendo confrontado Nina e recebido a ligação das duas filhas. O acidente a incentiva a contar a história da boneca, de Elena e Nina, e, mesmo que ainda considere que foi “um gesto sem sentido”, admite que as “coisas mais difíceis de falar são as que nós mesmos não conseguimos entender.” (Ferrante, 2016, p. 6), o que a faz refletir, mesmo que não tenha consciência, durante a obra, sobre os impactos da cobrança por perfeição na maternidade, do mito criado e disseminado culturalmente sobre isso, discutidos nessa análise. Essas são, de fato, coisas difíceis de falar, mas, que precisamos entender.

Considerações finais

A análise da personagem de Leda em *A filha perdida*, escrita por Elena Ferrante, ante aos conceitos de cultura, opressão e classe, revela a complexidade da protagonista e da subversão do mito do instinto materno na narrativa. A obra oferece uma reflexão sobre as implicações culturais da maternidade e a tensão entre o desejo da mulher e as

expectativas sociais impostas sobre ela, seja pelo gênero ou pela função que a classe impõe ao feminino de reproduzir e cuidar. Leda, vivendo longe das duas filhas, transforma as noções sobre instinto materno construídas cultural e historicamente.

Ao escolher essa liberdade, Leda desafia as normas culturais que exigem que as mães sejam abnegadas e disponíveis, quase santificadas, remontando a crítica de bell hooks (2015) à opressão feminina como a “ausência de escolhas”. O alívio de Leda expõe a opressão sistêmica, condicionando a mulher ao papel de cuidadora majoritária da prole cujos desejos e necessidades são frequentemente negligenciados.

A narrativa de Ferrante oferece, portanto, uma importante subversão dessa narrativa cultural. Leda, ao se libertar da culpa de não se conformar com o papel tradicional da mãe, redefine sua relação com as filhas e com o próprio conceito de maternidade. Ao final, a análise de *A filha perdida* permite questionar o mito do instinto materno como uma forma de opressão sistemática, sugerindo que a verdadeira libertação para as mulheres está, muitas vezes, na capacidade de subverter os papéis culturalmente atribuídos a elas.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução por Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução por Maria Helena Franco Martins. Nova Fronteira, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução por Sérgio Milliet. Vol. 1: Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002.

CONABOY, Chelsea. *O mito do instinto materno*. Tradução por Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Tradução por Heci Regina Candiani. Vol. 1. Ed. Boitempo, 2021.

FERRANTE, Elena. *A filha perdida*. Tradução por Marcello Lino. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Intrínseca, 2016

GHODSEE, Kristen R. *Why women have better sex under socialism: and other arguments for economic independence*. Nova York: Nation Books, 2018, edição Kindle.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, pp. 193–210, 2015.

IACONELLI, Vera. *Manifesto Antimaternalista*. 1. ed. Zahar, 2023.

LEMO, Fernanda. *10 Lições sobre Simone de Beauvoir*. Editora Vozes, 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos: ou como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Dlb Press, 2023. 105 p.

REIS, José. **Economia do Cuidado: Palavras para lá da Pandemia: Cem Lados de Uma Crise**. Revista: Words beyond the pandemic: a hundred-sided crisis. Editora: Centre for Social Studies, University of Coimbra. Coimbra, PT. Dez. 2020. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/90690/1/Economia%20do%20cuidado.pdf>> Acesso em: 10 de nov. de 2024.

TYLOR, Edward B. **Primitive Culture**. 6. ed. University of Oxford, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/primitiveculture01tylouoft/page/n8/mode/1up?view=theater>>

Recebido em 27/09/2025

Aceito em 08/12/2025